



SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [-]/2020**

**ANEXO VII**

**CADERNO DE PENALIDADES**

**CONJUNTO DESPORTIVO "CONSTÂNCIO VAZ GUIMARÃES"**



SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

## SUMÁRIO

1.	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	3
2.	PENALIDADES EM ESPÉCIE .....	4
2.1.	ADVERTÊNCIA.....	4
2.2.	MULTA.....	5
2.3.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	11
3.	TABELA DE INFRAÇÕES .....	12

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

O presente ANEXO objetiva regular as penalidades contratuais, definir as condutas infratoras e os valores de multas a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanção pelo descumprimento de outras obrigações previstas no CONTRATO ou no EDITAL, conforme autoriza a Cláusula Trigésima Nona do CONTRATO, bem como na legislação e na regulação pertinente, aos quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.

Este ANEXO não afasta nem altera a fiscalização ambiental, com base nas normas legais e administrativas aplicáveis.

A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO observará sempre o previsto na Cláusula Trigésima Nona do CONTRATO, de forma que o CONCEDENTE sempre poderá, além de aplicar a devida penalidade, exigir a devolução de eventual montante que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

## **1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 1.1. Sem prejuízo das definições contidas no EDITAL, no CONTRATO e nos demais documentos pertinentes à CONCESSÃO, adota-se, para os fins específicos deste anexo, a seguinte definição quando grafada em letra maiúscula:

<b>TABELA DE INFRAÇÕES</b>	Lista referencial de caráter não exaustivo que estabelece as infrações contratuais em abstrato enquadradas em suas respectivas classificações e percentuais conforme a gravidade da conduta, a serem observadas na fixação do valor da multa pecuniária conforme as regras de dosimetria deste ANEXO.
----------------------------	---

- 1.2. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, o presente ANEXO, o CONTRATO, com destaque para a Cláusula Trigésima Nona, o EDITAL e os demais ANEXOS do CONTRATO, além da legislação aplicável.
- 1.3. Será considerado “mês”, para os fins deste ANEXO, o período de tempo contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte, na forma prevista na Lei Federal nº 810/1949, em vigor.
- 1.4. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste ANEXO, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.
- 1.5. Nas infrações que comprovadamente decorram de força maior e/ou caso fortuito e/ou configurem inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável penalidade à

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.

1.5.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.

1.5.2. Para os fins de aplicação das penalidades, considera-se:

1.5.2.1. força maior e caso fortuito: o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;

1.5.2.2. inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

## **2. PENALIDADES EM ESPÉCIE**

### **2.1. Advertência**

2.1.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão do cometimento de infração contratual cujo valor mínimo na TABELA DE INFRAÇÕES seja de 0,001% (um milésimo por cento), desde que cumpridos os seguintes requisitos:

2.1.1.1. a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a aplicação da advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa no processo administrativo;

2.1.1.2. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;

2.1.1.3. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 2.1.1.4. não tenham sido causados danos significativos pela infração ao CONCEDENTE, ao bem público concedido, aos USUÁRIOS e/ou ao serviço prestado; e
- 2.1.1.5. não tenha sido verificada reincidência, conforme definição da Cláusula 39.3 e seguintes do CONTRATO.

**2.2. Multa**

- 2.2.1. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e seus ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto na Cláusula Trigésima Nona do CONTRATO.
- 2.2.2. Os valores das multas serão calculados com base em percentuais incidentes sobre o maior dos seguintes valores:
  - 2.2.2.1. a RECEITA da CONCESSIONÁRIA, e de suas eventuais subsidiárias integrais, no ano calendário anterior à prática da infração que ensejou a aplicação da penalidade;
  - 2.2.2.2. a RECEITA da CONCESSIONÁRIA, estimada no EVTE para o ano contratual anterior ao da prática da infração que ensejou a aplicação da penalidade, considerado o prazo já transcorrido de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, ou, para os primeiros 5 anos de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, a RECEITA estimada no EVTE para o ano 6 de vigência do CONTRATO; ou
- 2.2.3. As infrações contratuais estão tipificadas na TABELA DE INFRAÇÕES ao final deste ANEXO.
  - 2.2.3.1. A partir das faixas de valores constantes da TABELA DE INFRAÇÕES, será possível determinar, mediante aplicação dos critérios de dosimetria estabelecidos no item 2.2.5, o valor da infração.
  - 2.2.3.2. Após determinação do valor da infração com base nos critérios de dosimetria do item 2.2.5, será possível determinar, com base nas regras da categoria da infração definidas no item 2.2.6, o valor da multa efetivamente devida e sua periodicidade de incidência, quando aplicável.

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 2.2.4. Na hipótese de descumprimento pela CONCESSIONÁRIA de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, bem como na legislação ou regulamentação aplicáveis, que não esteja tipificada na TABELA DE INFRAÇÕES, a multa será calculada de acordo com o procedimento de dosimetria descrito no item 2.2.5 e conforme a classificação estabelecida no item 2.2.6, buscando-se como referência, quando possível, o intervalo de valores e a categoria estabelecidos para a infração tipificada na TABELA DE INFRAÇÕES que guarde maior semelhança com a infração praticada e não tipificada.
- 2.2.5. O valor da infração será determinado, mediante aplicação das seguintes etapas de dosimetria, a partir dos intervalos de valores fixados na TABELA DE INFRAÇÕES.
- 2.2.5.1. Para as infrações que tiverem gradação dos intervalos de valores com base na duração do atraso, os critérios das duas etapas de dosimetria deverão ser aferidos uma única vez, e aplicados a cada período de atraso indicado na TABELA DE INFRAÇÕES com base na respectiva faixa de valores, de forma proporcionalmente idêntica, de modo a assegurar que o valor da infração se situe, em cada período de atraso, na mesma distância proporcional em relação aos patamares mínimos e máximos da respectiva faixa de valores.
- 2.2.5.2. Primeira fase da dosimetria: para determinar o valor base dentro do intervalo de valores fixado para a infração na TABELA DE INFRAÇÕES, serão considerados os danos causados pela infração – ao CONCEDENTE, ao bem público concedido, aos USUÁRIOS e/ou ao serviço prestado –, bem como os proveitos obtidos, direta ou indiretamente, pela CONCESSIONÁRIA.
- 2.2.5.2.1. Para as infrações descritas na seção “Obras e Intervenções” da TABELA DE INFRAÇÕES, na primeira fase de dosimetria do valor da multa poderão ser consideradas entregas parciais, hipótese em que o valor base será reduzido proporcionalmente à parcela da infraestrutura entregue que se encontre efetivamente disponibilizada e apta à operação, tanto funcionalmente quanto tecnicamente.
- 2.2.5.3. Segunda fase da dosimetria: uma vez definido o valor base, serão consideradas as situações agravantes e atenuantes, quando presentes, com aplicação do respectivo percentual de acréscimo ou redução sobre o valor base, resultando no valor da infração.

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.2.5.3.1. O percentual de acréscimo ou redução que deve ser aplicado no valor base será o resultado da soma dos percentuais agravantes menos a soma dos percentuais atenuantes.

2.2.5.3.2. São consideradas circunstâncias atenuantes:

2.2.5.3.2.1. o comparecimento espontâneo da CONCESSIONÁRIA, perante o CONCEDENTE, para informar a ocorrência de infração ainda não identificada pela fiscalização, reconhecendo sua responsabilidade: redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

2.2.5.3.2.2. o reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

2.2.5.3.2.3. o concurso de agentes externos para o descumprimento, que tenha influência no resultado produzido: redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e

2.2.5.3.2.4. quando compatível com a natureza da infração, a execução de medidas espontâneas pela CONCESSIONÁRIA, resultando na cessação da infração e recomposição das condições dos ofendidos, no prazo para apresentação da defesa: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.

2.2.5.3.3. São consideradas circunstâncias agravantes:

2.2.5.3.3.1. ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

2.2.5.3.3.2. não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pelo CONCEDENTE: acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 2.2.5.3.3. praticar infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
- 2.2.5.3.3.4. resultarem da infração danos irreversíveis aos bens concedidos e/ou aos USUÁRIOS: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.
- 2.2.5.3.4. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:
  - 2.2.5.3.4.1. A atenuante prevista no item 2.2.5.3.2.1, cumulativamente com a atenuante prevista no item 2.2.5.3.2.2, prevalecendo a primeira;
  - 2.2.5.3.4.2. A atenuante prevista no item 2.2.5.3.2.4, cumulativamente com a agravante prevista no item 2.2.5.3.3.2, prevalecendo a agravante;
  - 2.2.5.3.4.3. Qualquer das atenuantes previstas nos itens 2.2.5.3.2.1, 2.2.5.3.2.2 e 2.2.5.3.2.3, cumulativamente com alguma das agravantes previstas nos itens 2.2.5.3.3.1 ou 2.2.5.3.3.3, prevalecendo a(s) agravante(s);
- 2.2.5.3.5. A atenuante prevista no item 2.2.5.3.2.1 não se aplica às infrações, qualificadas como “infrações por mora”, que decorram do descumprimento de cronogramas ou de datas objetivamente estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e nos planos previstos.
- 2.2.5.4. O valor da infração reincidente será aumentado no caso de reincidência praticada pela CONCESSIONÁRIA, dentro do período de 03 (três) anos, conforme definido na Cláusula 39.3 do CONTRATO, ainda que, à época da infração reincidente, não tenha havido condenação da primeira infração, ou mesmo instauração de processo administrativo sancionatório, com base nos seguintes percentuais:
  - 2.2.5.4.1. primeira reincidência: acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento);
  - 2.2.5.4.2. segunda reincidência: acréscimo de 50% (cinquenta por cento);

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 2.2.5.4.3. terceira reincidência e seguintes: acréscimo de 100% (cem por cento).
- 2.2.6. As infrações previstas neste ANEXO são divididas em 03 (três) categorias: (i) infrações por violação pontual do CONTRATO; (ii) infrações por mora; e (iii) infrações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.
- 2.2.6.1. As **infrações por violação pontual do CONTRATO** são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, mas a infração se exaure com a própria violação, não projetando seus efeitos no tempo, inexistindo qualquer conduta a ser praticada para fazer cessar a infração.
- 2.2.6.1.1. Nesta hipótese, o CONCEDENTE instaurará o correspondente processo administrativo sancionatório, notificando a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação do inadimplemento contratual e indicando a classificação da infração dentre as previstas na TABELA DE INFRAÇÕES, quando pertinente.
- 2.2.6.1.2. O valor da infração, calculado com base no item 2.2.5, corresponde ao valor da multa devida a cada prática, por ação ou omissão, da conduta infracional.
- 2.2.6.2. As **infrações por mora** são caracterizadas por refletirem um atraso da CONCESSIONÁRIA no cumprimento de suas obrigações previstas em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, de modo que a infração persiste até que a CONCESSIONÁRIA adimpla, ainda que extemporaneamente, a obrigação, purgando a mora.
- 2.2.6.2.1. Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA para que se proceda ao cumprimento imediato da obrigação inadimplida, indicando a classificação da infração dentre as previstas na TABELA DE INFRAÇÕES, quando pertinente. A falta da notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do dever de purgar a mora verificada.
- 2.2.6.2.2. O valor da infração, calculado com base no item 2.2.5, corresponde ao valor da multa a cada mês completo em que perdurar a mora da CONCESSIONÁRIA, sendo a multa calculada pela multiplicação de 1/30 (um trigésimo) do valor da infração por cada dia em que a

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCESSIONÁRIA permanecer em mora, contados desde a data em que a obrigação deveria ter sido adimplida.

2.2.6.3. As **infrações por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo** são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, mas a infração não se exaure com a própria violação, projetando os seus efeitos no tempo até que a CONCESSIONÁRIA adote medidas para retornar à situação de regularidade contratual.

2.2.6.3.1. Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação da violação contratual e determinará a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas necessárias à regularização da situação, indicando a classificação da infração dentre as previstas na TABELA DE INFRAÇÕES, quando pertinente. A falta de notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do seu dever de regularizar a situação.

2.2.6.3.2. O valor da infração, calculado com base no item 2.2.5, corresponde ao valor devido pela CONCESSIONÁRIA em razão da infração praticada, a cada prática, por ação ou omissão, da conduta infracional, somado a um acréscimo de 1% (um por cento) sobre esse mesmo valor da infração, a cada dia, até que a situação seja regularizada, computando-se tal valor desde a data da ocorrência da infração até a data de sua regularização.

2.2.6.3.3. Caso a CONCESSIONÁRIA comprove a impossibilidade absoluta de regularização da situação, a infração será convertida em violação pontual do contrato, regulada no item 2.2.6.1, e o valor da infração, calculado com base no item 2.2.5, será acrescido de 30%.

2.2.7. O valor das multas descritas nos itens 2.2.6.2 e 2.2.6.3, calculados, respectivamente, na forma prevista nos itens 2.2.6.2.2 e 2.2.6.3.2, não poderão superar, a cada conduta infracional individualmente considerada, o montante correspondente a 200% do valor da infração calculado com base nas regras de dosimetria do item 2.2.5.

2.2.8. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA praticar ato que conduza à efetiva decretação da caducidade da CONCESSÃO, será aplicada a multa em valor equivalente à

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

GARANTIA DE EXECUÇÃO, em substituição à multa prevista para o inadimplemento que levou à caducidade, ainda que haja previsão de multa específica para tal ato.

**2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**

2.3.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no artigo 82 da Lei estadual nº 6.544/1998, quando conduzirem à decretação da caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- 2.3.1.1. a natureza e a gravidade da infração;
- 2.3.1.2. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- 2.3.1.3. o dano resultante ao CONCEDENTE, ao bem público concedido e seus equipamentos ou aos USUÁRIOS;
- 2.3.1.4. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- 2.3.1.5. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- 2.3.1.6. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- 2.3.1.7. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

2.3.2. A penalidade de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 02 (dois) anos.

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.3.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2.3.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, desde que decorrido o prazo de 02 (anos) da aplicação da sanção.

2.3.4. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA serão aplicadas tanto à CONCESSIONÁRIA como ao seu(s) acionista(s) controladore(s) que exercia(m) o CONTROLE da SPE na época em que ocorreu o ato ilícito que deu origem à punição.

**3. TABELA DE INFRAÇÕES**

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS AO PODER CONCEDENTE			
1	Frustrar ou atrasar o pagamento devido ao CONCEDENTE a título de percentual relativo à exploração de <i>naming rights</i> , na forma do CONTRATO.	I - Se o atraso for de até três dias: de 0,001% a 0,01%.	II – Infração por mora
		II - Se o atraso for de três a seis dias: de 0,01% a 0,1%.	
		III - Se o atraso for superior a seis dias: de 0,1% a 1,5%.	
TRANSFERÊNCIA DO BEM PÚBLICO			
2	Ensejar o atraso ou criar fato impeditivo para a assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO.	I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,01% a 0,1%.	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,1% a 1,5%	
RECEITAS			

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
3	Explorar atividades publicitárias em violação a legislação em vigor e/ou que possam prejudicar o uso e a exploração da ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: suspender a exibição da peça publicitária.
4	Celebrar contrato de exploração de RECEITAS, por prazo superior ao da CONCESSÃO, sem prévia anuência do CONCEDENTE.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: (I) obter a anuência do CONCEDENTE, após cumprir as condicionantes da do CONTRATO; ou (ii) rescindir o contrato, ou alterar sua vigência para observar a vigência da CONCESSÃO.
5	Descumprir a obrigação de celebração, por escrito, de todos os contratos de exploração de RECEITAS.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: apresentar ao CONCEDENTE todos os contratos de exploração de RECEITAS.
6	Deixar de abrir CONTA CENTRALIZADORA antes da assinatura do TERMO DE ACEITAÇÃO DAS INTERVENÇÕES INICIAIS.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
7	Deixar de garantir que todas as RECEITAS auferidas pela CONCESSIONÁRIA ou por suas subsidiárias sejam depositadas na CONTA CENTRALIZADORA.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
DEVER DE PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS			
8	Não preservar a atualidade e modernidade na prestação dos serviços relativos aos equipamentos de fruição gratuita dos ENCARGOS.	De 0,001% a 0,1%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: atualizar a prestação do serviço.
MOBILIDADE, MEIO AMBIENTE, URBANISMO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO			
9	Atrasar a entrega do RELATÓRIO AMBIENTAL nos prazos e condições definidas no CONTRATO.	De 0,1% a 1,5%.	II – Infração por mora

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
10	Não cumprir exigências e condicionantes estabelecidas em licenças e/ou normas relacionadas à legislação ambiental, urbanística, de mobilidade urbana, e demais autorizações específicas para o exercício regular das atividades.	De 0,1% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: cumprimento das exigências.
11	Não cumprir exigências estabelecidas pelos órgãos de defesa do patrimônio material e/ou imaterial que se façam necessárias em virtude de tombamentos ou registros que venham a ser impostos à ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,01% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: cumprimento das exigências.
12	Não dar destinação ambientalmente adequada para os resíduos produzidos pelas atividades concernentes à EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO BEM PÚBLICO.	De 0,001% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: adequação dos procedimentos.
BENS DA CONCESSÃO, REVERSÃO E TRANSIÇÃO			
13	Não manter os BENS REVERSÍVEIS em plenas condições de uso, conservação e segurança.	De 0,001% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: adequar as condições de uso, conservação e segurança dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO
14	Realizar, sem a prévia “não objeção” por parte do CONCEDENTE ou em manifesto desacordo com o PLANO DE INTERVENÇÕES, obras e intervenções que envolvam demolição, reforma ou construção de novas estruturas.	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo;
			Regularização: (i) desfazer a obra ou intervenção; ou (ii) obter, se possível, a não objeção do CONCEDENTE.
15	Não manter atualizado nos termos do CONTRATO o INVENTÁRIO dos BENS REVERSÍVEIS.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo;
			Regularização: atualizar o inventário.
16	Não entregar ao CONCEDENTE, quando solicitado, INVENTÁRIO dos	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo;

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
	BENS REVERSÍVEIS, devidamente atualizado.		Regularização: entregar o inventário dos BENS REVERSÍVEIS devidamente atualizado.
17	Não registrar na contabilidade da CONCESSIONÁRIA os BENS REVERSÍVEIS, incluindo sua distinção em relação aos bens privados.	De 0,001% a 0,1%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo;</p> <p>Regularização: adequar a contabilidade.</p>
18	Tentativa ou consumação de fraude no INVENTÁRIO dos bens integrantes da CONCESSÃO.	De 0,1% a 5%	<p>No caso de tentativa: I – Infração por violação pontual do contrato.</p> <p>No caso de consumação: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p>Regularização: oferecer ao CONCEDENTE o INVENTÁRIO devidamente regularizado.</p>
19	Alienar, transferir ou constituir ônus, de qualquer natureza, dos BENS REVERSÍVEIS, sem a anuência prévia do CONCEDENTE.	De 0,01% a 5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p>Regularização:</p> <p>(i) adquirir novos bens, equivalentes ou de qualidade superior àqueles indevidamente alienados;</p> <p>(ii) desonerar os bens indevidamente onerados; ou</p> <p>(iii) quando possível, obter anuência do CONCEDENTE para o ato de alienação, transferência ou oneração.</p>
20	Não mencionar expressamente a vinculação à CONCESSÃO, nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que envolvam os BENS REVERSÍVEIS.	De 0,01% a 0,1%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p>Regularização: adoção das medidas necessárias para que, ainda que extemporaneamente, seja indicada a vinculação à CONCESSÃO.</p>

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
21	Não reverter os BENS REVERSÍVEIS, bem como todos os direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, no final de sua vigência.	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			Regularização: adotar as medidas necessárias à reversão dos BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO.
22	Não transferir ao CONCEDENTE ou a quem este indicar, ao final da CONCESSÃO, independentemente de sua causa, todos os BENS REVERSÍVEIS em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento.	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			Regularização: transferir ao CONCEDENTE, ou a quem este indicar, os BENS REVERSÍVEIS ou adequar o seu estado de uso, conservação e funcionamento
23	Não transferir, gratuitamente, os direitos e documentos necessários ao desempenho das atividades previstas no objeto do CONTRATO, ao final da CONCESSÃO.	De 0,1% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			Regularização: transferência, ao CONCEDENTE, dos direitos e documentos faltantes
24	Distribuir qualquer valor ou patrimônio entre os acionistas da SPE antes de o CONCEDENTE atestar que os bens revertidos encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			Regularização: (i) obter a restituição do valor ou patrimônio dos acionistas; (ii) obter a atestação do CONCEDENTE quanto às condições dos bens revertidos.
OBRAS E INTERVENÇÕES			
25	Atrasar a conclusão das obras e operação das INTERVENÇÕES INICIAIS e dos ENCARGOS nos prazos e condições previstas no	I - Se o atraso for de até trinta dias: de 0,01% a 0,1%.	II – Infração por mora

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
	CONTRATO e seus ANEXOS, salvo se o atraso for atribuível a risco alocado ao CONCEDENTE ou motivo justificável e aceito pelo CONCEDENTE.	II - Se o atraso for de trinta a noventa dias: de 0,1% a 1,5%. III - Se o atraso for superior a noventa dias: de 1,5% a 5%.	
26	Realizar intervenções e obras civis em desacordo com as especificações do CADERNO DE ENCARGOS, ou projetos apresentados, sem prévio licenciamento junto aos órgãos competentes.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo Regularização: adotar as medidas necessárias para a adequação da edificação/obra ao Caderno de Encargos e/ou projetos.
27	Realizar intervenções e obras civis na ÁREA DA CONCESSÃO sem o seguro correspondente conforme o PLANO DE SEGUROS.	De 0,01% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo Regularização: paralisação das obras para contratação do seguro de modo a possibilitar o seu reinício.
28	Ensejar o atraso ou criar fato impeditivo para a assinatura do TERMO DE ACEITAÇÃO DAS INTERVENÇÕES INICIAIS.	I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,01% a 0,1%. II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,1% a 1,5%.	II – Infração por mora
29	Omitir a colocação de tapumes ou estruturas de isolamento para assegurar a segurança dos USUÁRIOS caso as INTERVENÇÕES INICIAIS iniciem a operação antes da conclusão das obras das demais UNIDADES GERADORAS DE CAIXA, ou na realização de quaisquer obras durante a operação do CONJUNTO DESPORTIVO.	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo Regularização: paralisação das obras para colocação dos tapumes/estruturas de isolamento de modo a possibilitar o seu reinício.
30	Iniciar a operação de quaisquer UNIDADES GERADORAS DE CAIXA sem a obtenção das licenças e	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
	alvarás necessários, inclusive o “habite-se”.		Regularização: paralisação das obras para obtenção dos alvarás necessários de modo a possibilitar o seu reinício.
<b>APRESENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE INTERVENÇÕES E OPERACIONAIS</b>			
31	Não apresentar o PLANO DE INTERVENÇÕES ou o CADERNO DE PLANOS OPERACIONAIS nos prazos estabelecidas no CONTRATO e seus ANEXOS, salvo se o atraso for atribuível a risco alocado ao CONCEDENTE ou motivo justificável e aceito pelo CONCEDENTE.	I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,001% a 0,01%. II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,01% a 0,1%.	II – Infração por mora
32	Alterar ou revisar, sem a necessária submissão ao CONCEDENTE, nos termos do ANEXO II e do CONTRATO, caracterizando, cada ocorrência, uma infração distinta: 1. PLANO DE INTERVENÇÕES; 2. CADERNO DE PLANOS OPERACIONAIS.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo Regularização: (i) obter, se possível, a “não objeção” do CONCEDENTE; ou (ii) desconstituição da alteração/revisão.
<b>VERIFICADOR INDEPENDENTE</b>			
33	Não apresentar ao CONCEDENTE a lista tríplice de empresas ou consórcios de empresas de reconhecida competência para atuar como VERIFICADOR INDEPENDENTE nos prazos estabelecidos no CONTRATO e seus ANEXOS.	De 0,1% a 1,5%.	II – Infração por mora
34	Descumprir a obrigação de contratar ou substituir o VERIFICADOR INDEPENDENTE, dentro dos prazos estipulados.	De 0,1% a 1,5%.	II – Infração por mora
<b>COMISSIONAMENTO</b>			
35	Não apresentar ao CONCEDENTE a lista tríplice de empresas ou consórcios de empresas de reconhecida experiência em COMISSIONAMENTO nos prazos	De 0,1% a 1,5%.	II – Infração por mora

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
	estabelecidos no CONTRATO e seus ANEXOS.		
36	Descumprir a obrigação de contratar ou substituir empresa responsável pelo COMISSIONAMENTO, dentro dos prazos estipulados.	De 0,1% a 1,5%.	II – Infração por mora
<b>OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONCESSIONÁRIA</b>			
37	Descumprir o cronograma de integralização do capital social da CONCESSIONÁRIA conforme os prazos estabelecidos no CONTRATO.	De 0,01% a 0,1%	II – Infração por mora
38	Reduzir o capital social da SPE abaixo do mínimo permitido sem anuência do CONCEDENTE.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo Regularização: aumentar o capital social da SPE, observado o mínimo permitido.
39	Transferir o CONTROLE sem a anuência prévia e expressa do CONCEDENTE, exceto se houver ACORDO TRIPARTITE assinado.	De 1,5% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo Regularização: (i) adoção das medidas previstas no CONTRATO ou (ii) obtenção de anuência do CONCEDENTE, quando possível.
40	Não submeter à prévia aprovação do CONCEDENTE as propostas de emissão de títulos e valores mobiliários se i) contiverem dispositivo de conversão em ações que implique alteração no controle da sociedade ou ii) tiverem como garantia ações com direito de voto integrantes do grupo controlador da SPE.	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo Regularização: (i) paralisar o processo de emissão de títulos e/ou valores mobiliários; ou (ii) obter, se possível a anuência do CONCEDENTE.
41	Não manter durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO todas as condições	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
	de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO.		Regularização: comprovar a manutenção das condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO.
42	Descumprir as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes de sua atividade.	De 0,01% a 1,5%	<div>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</div> <div>Regularização: comprovar o atendimento à obrigação tributária e/ou trabalhista inadimplida</div>
43	Não divulgar adequadamente ao público em geral, e ao USUÁRIO em particular, a adoção de procedimentos especiais na ocorrência de situações excepcionais.	De 0,001% a 0,1%	I – Infração por violação pontual do Contrato
44	Não publicar as demonstrações financeiras e contábeis periodicamente, nos termos da legislação aplicável.	De 0,01% a 0,1%	<div>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</div> <div>Regularização: comprovar a publicação legalmente exigida.</div>
45	Não oferecer aos USUÁRIOS quaisquer dos canais de comunicação exigidos.	De 0,001% a 0,1%	<div>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</div> <div>Regularização: oferecer aos USUÁRIOS todos os canais de comunicação previstos no CONTRATO.</div>
46	Não manter uma ouvidoria permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos USUÁRIOS ou de terceiros afetados pela prestação do serviço.	De 0,001% a 0,1%	<div>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</div> <div>Regularização: reestabelecer o funcionamento da ouvidoria.</div>
47	Não elaborar, no prazo previsto, a POLÍTICA DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	<div>I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%.</div> <div>II – Se o atraso for superior a um</div>	II – Infração por mora

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
		mês: de 0,01% a 0,1%.	
48	Não observar a POLÍTICA DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização:
			(i) desfazer os negócios jurídicos celebrados com as PARTES RELACIONADAS; ou
			(ii) adequá-los, se possível, à POLÍTICA DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.
49	Não instituir, no prazo previsto, o Programa de Conformidade ( <i>compliance</i> ).	I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%.	II – Infração por mora
		II – Se o atraso for superior a um mês: de 0,01% a 0,1%.	
50	Não observar o Programa de Conformidade ( <i>compliance</i> ).	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: tomar as medidas recomendadas no Programa de Conformidade.
FINANCIAMENTO			
51	Dar ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, em garantia de financiamentos, sem a anuência prévia e expressa pelo CONCEDENTE, ressalvada a celebração de ACORDO TRIPARTITE.	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo
			Regularização:
			(i) desonerar as ações ou os direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA no contrato de financiamento; ou
			(ii) obter, se possível, a anuência do CONCEDENTE

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
52	Não dar conhecimento ao CONCEDENTE das alterações das condições dos financiamentos contratados, assim como da contratação de qualquer novo financiamento ou dívida que possa ser considerada para efeito de cálculo da indenização devida no caso de extinção da CONCESSÃO.	De 0,1% a 5%	II – Infração por mora
<b>SEGUROS E GARANTIA DE EXECUÇÃO</b>			
53	Não manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO válida, vigente e nas condições previstas no CONTRATO, durante toda a vigência contratual.	De 1,5% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: oferecer garantia de execução válida, nas condições previstas no Contrato.
54	Não fornecer ao CONCEDENTE, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios se encontram pagos.	De 0,01% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: oferecer ao CONCEDENTE o certificado exigido.
55	Não apresentar ao CONCEDENTE, em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, documento comprobatório de renovação e atualização da GARANTIA DE EXECUÇÃO.	De 0,01% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: oferecer ao CONCEDENTE o documento comprobatório exigido.
<b>FISCALIZAÇÃO E ACESSO À ÁREA DA CONCESSÃO</b>			
56	Não manter à disposição do CONCEDENTE, em plataforma digital, cópia dos instrumentos contratuais celebrados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, relacionados aos serviços subcontratados, às contratações relativas aos investimentos, aquisições e serviços referentes aos BENS REVERSÍVEIS, bem como a	De 0,001% a 0,1%	II – Infração por mora

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
	quaisquer serviços e atividades que geram ou possam gerar RECEITAS;		
57	Não assegurar livre acesso, em qualquer época, das pessoas encarregadas, pelo CONCEDENTE ou VERIFICADOR INDEPENDENTE, da fiscalização à ÁREA DA CONCESSÃO e aos locais onde estejam sendo desenvolvidas atividades relacionadas com o objeto da CONCESSÃO	De 0,01% a 1,5%	II – Infração por mora
58	Não prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas pelo CONCEDENTE, nos prazos, forma e periodicidade por este determinados, ou criar empecilhos, não colaborar ou não cumprir com as determinações do CONCEDENTE no tocante ao seu poder de fiscalização.	De 0,01% a 1,5%	Se a conduta caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do contrato.
			Se a conduta perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: adotar as medidas necessárias para viabilizar o exercício da fiscalização
59	Não elaborar relatório com todas as apurações no tocante aos INDICADORES DE DESEMPENHO, e consequente envio ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, para fins de cálculo do PAGAMENTO POR DESEMPENHO.	De 0,1% a 1,5%	II – Infração por mora
<b>SUBCONTRATAÇÃO</b>			
60	Subcontratar a execução das atividades objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: (i) extinguir ou adequar o contrato com terceiro.

SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
<b>OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>			
61	Não coibir comportamentos inadequados dos USUÁRIOS, consideradas as condutas tipificadas na legislação e regulação específicas.	De 0,001% a 0,1%	I – Infração por violação pontual
<b>ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA</b>			
62	Não prover, no todo ou em parte, os serviços do Plano de Segurança Patrimonial e Controle de Acesso na ÁREA DA CONCESSÃO, a partir da data de assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: retomar serviços adequados de segurança patrimonial e controle de acesso.
63	Não prover, no todo ou em parte, os serviços do Plano de Operação da Arena, a partir da data de assinatura do TERMO DE ACEITAÇÃO DAS INTERVENÇÕES INICIAIS.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: retomar serviços adequados de segurança patrimonial e controle de acesso.
64	Não prover, no todo ou em parte, os serviços do Plano de Operação dos Espaços e Equipamentos para Atividades Esportivas de Fruição Gratuita na ÁREA DA CONCESSÃO, a partir da data de assinatura do TERMO DE ACEITAÇÃO DAS INTERVENÇÕES INICIAIS.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.
			Regularização: retomar serviços adequados de segurança patrimonial e controle de acesso.